



## ATA DE CONSULTA PÚBLICA

### CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE ACESSO MÓVEL À REDE IP/MPLS MULTISSERVIÇOS

PROCESSO N.º: 0043162-1190-2009-7

Aos 13 dias do mês de julho de 2009, reuniram-se em sessão de consulta pública os servidores Renata Viana Simões, Marcus Vinícius e Andresa Linhares de Oliveira, representantes da Diretoria de Compras, Silvio e Roberto Ulisses, representantes da Superintendência de Tecnologia da Informação, Ronildo Liberato, representante da SUFIS, Ildeu Boaventura Batista, representante da OI, Mauro Carvalho e Karina Marques, representantes da CLARO, Jean Carlo e Pedro Chaves, representantes da VIVO, Eduardo Viana e Vânia Nascimento, representantes da SOFTCORP.

Todos os representantes das empresas ressaltaram a necessidade de constar no edital as coordenadas geográficas para a manifestação quanto à cobertura dos serviços, principalmente no caso dos Postos de Fiscalização.

O representante da empresa VIVO solicitou esclarecimento acerca do item 2.1.5.1 da especificação técnica. Roberto esclareceu que o IP será fornecido pela SEF.

Outro ponto suscitado pela empresa CLARO é a taxa de transferência exigida no item 2.1.4. Foi solicitado que constasse a taxa nominal, pois não há garantias da velocidade real. Roberto ressaltou que a SEF precisa de uma garantia mínima de velocidade para que seja possível trabalhar com seus aplicativos. Os representantes das operadoras esclareceram que não é possível apresentar esta garantia *full time*. Quaisquer eventos ou variação no número de usuários poderá afetar esta velocidade. Todos afirmaram que tecnicamente é possível, mas que nenhuma operadora faz isso. Os representantes ressaltaram que priorizar o tráfego da SEF afetaria o serviço a outros clientes, o que não seria correto. Ildeu propôs que a partir das coordenadas geográficas as operadoras fizessem um retrato da situação atual nestes pontos críticos de forma a verificar a velocidade disponível.

Outro questionamento da CLARO foi em relação ao item 2.1.4.1, pois está sendo exigida a vazão de dados de 100%. O correto seria exigir uma taxa média de velocidade para que as operadoras tenham condição de avaliar a possibilidade ou não de atendimento. Roberto esclareceu que não é possível trabalhar com uma taxa inferior a 128kbps e que a tecnologia mínima é a GPRS/EDGE para suportar o tráfego.

Foi esclarecido que os acessos mencionados no item 11 serão de responsabilidade da SEF e não das prestadoras de serviço.

As operadoras solicitaram que conste no edital a possibilidade de subcontratação parcial dos serviços a fim de ampliar a possibilidade de atendimento dos serviços pelas mesmas.

O item 2.1.5.1 foi questionado e o Roberto esclareceu que o túnel deve ser configurado de forma que a SEF possa exercer o monitoramento através de seus equipamentos e softwares, ou seja, que não existam barreiras de configuração.

A utilização de antenas para otimizar os sinais na utilização dos serviços foi suscitada e, novamente, foi reiterado que a partir das coordenadas geográficas será mais fácil definir a necessidade ou não de antena.

O representante da SUFIS questionou se as coordenadas a serem informadas podem ser extraídas do Google. Todas as empresas concordaram. O representante da SUFIS comprometeu-se a buscar tais informações e repassá-las às operadoras.

Foi questionado ainda o relatório exigido no item 7.4. As empresas informaram que a partir do fechamento da fatura mensal eles possuem condições de informar os itens A, B e C. A empresa VIVO informou que pode atender até o item D. Os demais reafirmaram não ter condições de customizar tais relatórios. Sugere-se que a STI e SUFIS avalie a necessidade ou não de manter esta exigência no escopo dos serviços, pois sendo mantida haverá ônus para a solução.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão. //////////////////////////////////////